



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 1732, de 03 de abril de 2023

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que o cargo lhe confere e nos termos da Lei Estadual 13.666 de 27 de julho de 2000, alterada pelas Leis 14.306 de 12 de novembro de 2002, 15.557 de 16/01/2006, 18.036 de 07 de junho de 2013.

RESOLVE:

I - AUTORIZAR, a transferência de recursos financeiros no valor total de **R\$ 70.000,00** (setenta mil reais) à Unidade Executora do **Conselho Escolar Professora Maria Lemes Arruda**, inscrito no CNPJ: 00.681.306/0001-50, situado na Rua 64 Esq. com Qd: 49, Bairro: Finsocial, no município de Goiânia, jurisdicionada a Coordenação Regional de Educação de Goiânia, constante no Processo nº 202300006007727, de 23 de janeiro de 2023.

II - ESTABELECER, que o numerário deverá ser creditado à conta nº 125293-3, Banco do Brasil - 001, Agência: 0752-8, no município de Goiânia, conforme **REX nº 2918**.

III - ESCLARECER, que o referido numerário destina-se ao atendimento das despesas com Custeio para as despesas de MDE destinada ao **Centro de Educação de Tempo Integral Ary Ribeiro Valadão Filho**, do município de Goiânia, de acordo com a Lei Orçamentária Anual - LOA - 2023, publicada no suplemento no Diário Oficial/GO nº 23.949, em 29 de dezembro de 2022, referente à **Emenda Parlamentar nº 1570**, conforme Ofício nº 52/2023 - GDCB (000037264238) e Ofício nº 4503/2023 - SEDUC/GESG (000037233940), tendo em vista as informações no Despacho nº 277/2023 - SEDUC/GECRAP (000037869382), Despacho nº 1149/2023 - SEDUC/SUPINFRA (000038148427) e Despacho nº 710/2023 - SEDUC/SPF (45746563), o empenho deverá ser de acordo com a Programação de Desembolso Financeiro PDF (46135553) e Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira (46135553) anexo.

IV - DETERMINAR, que os recursos deverão ser aplicados até **180 (cento e oitenta) dias** pelo (a) responsável não podendo ser utilizado após a expiração do prazo estabelecido, salvo eventualidade que justifique a prorrogação devidamente autorizada, pela Secretária.

V - DETERMINAR, ao Coordenador Regional de Educação, que promova o procedimento licitatório e/ou dispensa de licitação, o qual deverá ficar sob seu controle, solicitando ao Presidente do Conselho Escolar, que designe comissões especiais formadas por um servidor efetivo da Coordenação, dois servidores efetivos da unidade escolar e um membro do Conselho Escolar da unidade interessada, exceto seu presidente e também o membro da Comissão de

Execução Financeira responsável pelos atos legais do Conselho, aplicando sempre a legislação vigente (Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/21 Art. 5º e Súmula 177-TCU); ressalvados os casos de situações de dispensas do Art. 75, Incisos I e II e de aditivos aos contratos, os quais independem do procedimento licitatório.

VI - EXIGIR, quando da prestação de serviços com utilização de mão de obra ou na execução de obras:

I – Certidão Negativa do INSS;

II – Certidão do Fundo de Garantia;

III - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

IV – Guia de Recolhimento do FGTS e de informações à Previdência Social;

V – Resumo da Folha de Pagamento Mensal.

VII - ESCLARECER, que as obras/serviços ou compras/prestações de serviços só poderão serem iniciados quando os recursos financeiros forem depositados na conta do Conselho.

VIII - DETERMINAR, que o recebimento no caso de serviços/compras será atestado por dois dos membros definidos no item V.

IX - DETERMINAR, que a prestação de contas deverá ser encaminhada a SEDUC até 30 (trinta) dias após o término no prazo de aplicação, observando art. 13 da Lei 13.666/2000, alteração pela Lei 14.306/2002 e Resolução nº 002, de 15 de fevereiro de 2023.

CUMPRA-SE.

Profª Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira
SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **APARECIDA DE FATIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, Secretário (a) de Estado**, em 04/04/2023, às 09:50, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **46381785** e o código CRC **9308B702**.

COORDENAÇÃO DO PROESCOLA



Referência: Processo nº 202300006007727



SEI 46381785